
Os bastidores de uma resistência armada no campo

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro*

PRIORI, Ângelo Aparecido. *O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo*. Maringá: Eduem, 2011. 236 p.

Palavras-chave: Conflitos por terra; Partido Comunista do Brasil (PCB); Paraná (Porecatu).

Keywords: Land conflicts; Partido Comunista do Brasil (PCB); Paraná (Porecatu).

[...] No mês de maio de 1941, um grupo de pequenos proprietários e empregados de fazenda do município de Regente Feijó, estado de São Paulo, ficou sabendo que o Governo do Estado do Paraná estava distribuindo terras virgens às famílias de agricultores que pretendessem cultivá-las. Assim sendo e liderados pelo agricultor Hilário Gonçalves Padilha, esse grupo se embrenhou no sertão paranaense [...]. A preferência por essas terras era decorrente não só porque nelas havia riqueza, mas, sobretudo, porque havia na barranca do Ribeirão Capim, afluente do Centenário, um marco indicando que nesse ponto “começavam as terras devolutas do Estado”. Mas a decisão do grupo de Regente Feijó de ali se estabelecer foi motivada, também, pela existência de outros posseiros, que no ano de 1942 já totalizavam 300 famílias (p. 74; p. 76).¹

Dentre essas famílias de migrantes oriundos de São Paulo em direção ao extremo norte do Paraná encontrava-se a de José Billar, conhecido como “espanhol”. Acompanhado da esposa, de seis filhos e de uma nora, ele chegou ao Vale do Rio Paranapanema em maio de 1941, onde ocupou uma área com aproximadamente 40 alqueires, às margens do Ribeirão Centenário. Acreditando tratar-se de “terras públicas”, os Billar capinaram a área, construíram sua residência, plantaram café, milho, feijão e outros gêneros, no afã de construir uma nova vida no campo com seus familiares. Entretanto, sete anos depois, ele e alguns de seus filhos seriam presos, espancados e ameaçados pela polícia, sob a acusação de terem invadido terras particulares, especialmente de propriedade de Ricardo Lunardelli, até hoje considerado fundador da cidade de Porecatu.²

* Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV e Mestre em História Social pela FFP/UERJ. Autor da dissertação: *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*, premiada com o terceiro lugar no Concurso de Monografias do APERJ (2011). Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa: "A foice e o martelo?: trabalhadores rurais e urbanos de Magé na luta por direitos". E-mail: felipe_ffp@yahoo.com.br.

¹ As citações referentes ao livro resenhado serão indicadas somente com o número da respectiva página.

² PORECATU (PR). Sítio eletrônico da Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.porecatu.pr.gov.br/historia.html>. Acesso em 26 de abril de 2012.

No desenrolar dos acontecimentos, os Billar alegavam serem vítimas de grileiros e questionavam os títulos de propriedade apresentados por outros postulantes. Na justiça, reivindicaram o direito de receber uma indenização no valor de 200 mil cruzeiros pelas benfeitorias realizadas na posse. Além de não acatar o pedido, o juiz determinou o seqüestro das terras. Essa seria a senha para desencadear um movimento social de resistência armada em defesa da terra na região, iniciado pelos posseiros e apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que ficou conhecido como a “Guerra de Porecatu” pela imprensa nacional.

Este é um dos instigantes cenários do livro de Angelo Piori, professor da Universidade Estadual de Maringá. Ao apresentar, de forma condensada, os capítulos 3, 4, 6, 7 e 8 de sua tese de doutorado,³ o autor discute com precisão os conflitos entre posseiros e grileiros no norte do Paraná, articulando-os com a atuação do aparato do Estado (comissão de terras/polícia política/poder judiciário) e com a intervenção da militância comunista na disputa.

Embora aborde um evento histórico bastante específico – a Revolta de Porecatu (ocorrida entre 1948-1951) – a obra vai muito além, trazendo reflexões fundamentais para a História Social do mundo do trabalho rural. O autor discute a legislação e a política fundiária no país desde a instituição da Lei de Terras, em 1850, e seus desdobramentos no Paraná, enfatizando o processo de concessão de terras públicas para empresas privadas e a criação de núcleos coloniais no local pesquisado. “Para a história regional, as décadas de 10, 20 e 30 do século XX podem ser consideradas o tempo das ‘negociatas de terras’, em que a especulação e as transações escusas foram tão correntes como a violência que se instaurou nessas áreas” (p. 27). Essa grande especulação teria gerado, mais tarde, uma proliferação de grilagens de terras devolutas e de falcatruas documentais que se enraizaram na formação da propriedade no estado. Com a deficiência na demarcação e o precário cadastro das terras, diversos títulos de propriedade serão, a partir da década de 1940, questionados judicialmente por fazendeiros, grileiros e posseiros, cada um reivindicando maior antiguidade e benfeitorias nos terrenos em litígio. Nesse contexto, marcado por lutas e conflitos de classe, intensificou-se a transformação dos “homens do campo” em mobilizados agentes sociais rurais.

O “Levante dos Posseiros” é dividido em quatro capítulos. O primeiro deles aborda as origens históricas da propriedade da terra no Paraná, onde o autor logo distingue suas características em relação ao estado vizinho, São Paulo, que teve uma acentuada ocupação, valorização e expansão de suas terras cultiváveis desde o século XIX, sobretudo para o plantio do café, ao passo que o território paranaense ainda mantinha terras isoladas (como a do norte do estado), que só fariam parte de sua cadeia produtiva mais adiante, no início do século seguinte, com o governo estadual vendendo extensas faixas de terra para empresas particulares e delegando-lhes responsabilidades na colonização da área. Muitas dessas grandes propriedades eram improdutivas e se tornaram foco de especulações imobiliárias suspeitas. Quando o governo do Paraná, porém, começou a desenvolver uma política de

³ PRIORI, Ângelo Aparecido. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Tese (Doutorado em História), UNESP, Assis, 2000.

valorização de pequenas propriedades, na década de 1940 (ainda que sem o devido controle fundiário), acabou atraindo centenas de pequenos agricultores interessados nos futuros loteamentos (como os Billar e tantos outros), que se apossaram de terras inóspitas, consideradas devolutas, e posteriormente reivindicaram o título de propriedade junto ao governo. Inclusive, foi nesse momento que diversos povoados progrediram e tornaram-se municípios, como Porecatu em 1947 (que foi desmembrado de Sertanópolis). Simultaneamente, diversos latifundiários e grileiros começaram a questionar as reivindicações de propriedade dos posseiros.

No segundo capítulo, Priori destaca as disputas judiciais pela posse dessas terras, focando o posseiro como personagem central. Tendo acesso a diversos documentos cartoriais e judiciais sobre os conflitos em Porecatu, o autor traça um relevante panorama do processo legal fundiário e os impasses jurídicos, explicando também termos técnicos como: ações possessórias, reintegração de posse, ação ordinária reivindicatória, contestação de defesa, despejo de posseiros, entre outros, demonstrando como era forjada a constituição da propriedade da terra a partir de casos concretos. Por isso mesmo, esse capítulo apresenta-se como um dos mais ricos de todo o trabalho.

[...] Não se pode negar que o Estado do Paraná, desde 1940, se dispôs a distribuir terras devolutas aos agricultores que aqui viessem para cultivá-las, o que é fato momentoso e donde resultou a questão dos posseiros, com grande repercussão nacional, e donde originou a criação da Comissão de Terras, para resolver esses casos, estudados todos isoladamente e com a resolução final de indenizar-se cada um dos posseiros pelas benfeitorias e premiá-los com a doação de uma gleba em Campo Mourão [outro município] (p. 100).⁴

No entanto, como evidencia Ângelo Priori, a atuação da Comissão de Terras visava especialmente a “limpeza da região”, pois os posseiros de Porecatu e de regiões vizinhas demonstravam relevante nível de organização, já influenciados pelo PCB. “O que se pretendia era a indenização nua e crua dos posseiros e sua realocação para outras zonas pioneiras do Estado” (p. 109-110). Tudo isso, somado às inúmeras investidas repressivas e de vigilância por parte do governo estadual, via polícia política, acabou fomentando os camponeses a pegarem em armas para defender a posse de suas terras.

No capítulo seguinte, o terceiro, a obra analisa o início das ações de luta armada e as reações do Estado, dos fazendeiros e dos grileiros. Ao longo da abordagem, o autor reforça o papel das entidades de classe, como as associações de lavradores (o embrião da resistência armada no campo); bem como a frente de solidariedade e ajuda mútua, organizada nas cidades. Esta última, bastante motivada pelo PCB, que via naquele movimento a possibilidade de se colocar em prática as idéias e as estratégias elaboradas pelos Manifestos de 1948 e 1950, cuja linha política defendia a “violência revolucionária” e a “luta direta para a tomada do poder”.

No quarto e último capítulo, o autor desenvolve uma discussão sobre a dialética da repressão, com destaque para a atuação da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná

⁴ Sentença Final emitida pelo juiz Rafael Rastelli. Autos do Processo n. 491/52.

(DOPS/PR), realizando uma leitura atenta dos seus relatórios e das ações que levaram ao fim do movimento dos posseiros; a organização do Comitê Zonal do PCB de Londrina, principal ponto de apoio político dos revoltosos; até o desmantelamento final da resistência, inclusive analisando o julgamento e a punição imposta aos acusados pela justiça.

Em relação a atuação do PCB na “Guerra de Porecatu”, convém ressaltar que o livro aqui resenhado apresenta discussões, de certo modo, pouco recorrentes no ambiente acadêmico atual que aborda a prática militância comunista, o que aliás reforça a originalidade do trabalho. Nos últimos anos, uma série de estudos tem destacado as discrepâncias entre a linha geral do partido e a prática da militância espalhada em diferentes pontos do país. Inclusive, alguns estudos recentes têm apontado nesse sentido.⁵

Persiste, por parte da historiografia, uma certa imagem monolítica do PCB, como se a disciplina partidária transformasse a legenda em uma correia de transmissão em que as ordens partiam do topo e chegavam facilmente à base e os únicos ‘desvios’ nessa trajetória eram as dissidências consagradas na historiografia: trotskistas, prestistas, etc. No entanto, a documentação do dia-a-dia da militância atesta que, nem sempre, as bases – a despeito da disciplina partidária – acatavam as diretrizes que emanavam do Comitê Central. Ademais, no cotidiano da clandestinidade era difícil fazer com que uma diretriz fosse do Comitê Central às bases sem a intromissão policial [...].⁶

Ao invés de apontar desconexões entre a estrutura partidária e a base, o autor reitera justamente suas similitudes, apresentando um estudo de caso onde o contexto local encontrava-se de acordo com o que preconizava o Comitê Central do partido em seus documentos oficiais, sobretudo na Declaração de Janeiro de 1948 e no Manifesto de Agosto de 1950. Para o PCB, o norte paranaense teria surgido como “um palco para colocar em prática suas estratégias políticas” (p. 219), muito embora o autor mostre, ao longo do trabalho, que há certo esquecimento na memória do partido acerca de sua participação em Porecatu (sobretudo após a Declaração de Março de 1958). Por outro lado, o episódio é considerado até hoje como uma “luta vitoriosa” na fala dos camponeses locais, como exemplo de luta por direitos e mobilização política.

Por tratar-se de uma versão reduzida de sua tese de doutoramento, o autor acaba não se aprofundando em questões teórico-metodológicas e, por vezes, o leitor carece de

⁵ Cf. COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: _____; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999, p. 87-116; NEGRO, Antônio Luigi. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais: a participação operária na política do pós-guerra. *História*, Assis, v. 21. p. 251-282, 2002; QUERINO, Rosimar Alves. *Democracia inconclusa: militância comunista e repressão política no interior paulista (1945-1964)*. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP, 2006; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores e militância sindical: a relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964). In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; _____. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. (Coleção mundo do trabalho). São Paulo: Boitempo, 2001; e TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *A “Moscovizinha” Brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954)*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2007.

⁶ TAVARES, *op.cit.*, p. 72.

maiores informações sobre a geografia da região para se localizar em meio aos nomes de tantos rios e povoados que se tornaram municípios. Nesse ínterim, há que se ressaltar apenas a atribuição do nome “Ligas Camponesas” às associações de lavradores e associações de trabalhadores rurais surgidas no norte paranaense durante o período pesquisado. O próprio autor adverte que essas associações “na realidade, não eram ligas, ou pelo menos não levavam esse nome ainda” (p. 123), entretanto mantém a denominação genérica de Ligas Camponesas.

Sabe-se que durante a década de 1940, na ausência de uma legislação que regulamentasse a criação de sindicatos rurais, o PCB organizou associações denominadas como Ligas Camponesas, porém elas foram fechadas quando o partido foi posto na ilegalidade, em 1947.⁷ Mais de uma década depois, sobretudo no Nordeste, surgiu outro movimento conhecido como Ligas Camponesas, que apresentou certas peculiaridades históricas e políticas distintas daquelas homônimas organizadas pelo PCB e também das associações analisadas pelo autor. Apesar da nota explicativa de Priori de que o uso da denominação é “apenas um esforço linguístico” (p. 125), a escolha poderá implicar em distorções conceituais, relacionando diretamente seu objeto de pesquisa com as Ligas Camponesas do Nordeste.

Não obstante, o livro de Ângelo Priori serve como referência para vários estudos sobre o mundo do trabalho rural e a luta pela defesa da terra no Brasil, sobretudo por retratar a região centro-sul do país no período anterior a 1964, que ainda carece de maiores estudos.

No Nordeste, por exemplo, o PCB teve muito menos influência que no centro-sul. [...] Na história de São Paulo [...], a Igreja era dividida, com uma ala conservadora e uma reformista. Na Paraíba, o catolicismo do povo neutralizou a militância do PCB e as disputas dentro das ligas abriram espaço que permitiu à Igreja ganhar ‘a corrida da fundação e reconhecimento dos sindicatos dos padres’. Precisamos de estudos que examinem a história na escala estadual e que possibilitem uma nova síntese dos movimentos dos trabalhadores rurais.⁸

Por fim, outro ponto que merece destaque é a atenção que o autor dispensa aos documentos produzidos pela polícia política e pelo Judiciário, que vêm se consolidando na historiografia brasileira como reveladoras fontes de conhecimento para a História Social.

Recebido em 10/05/2012

Aceito para publicação em 15/06/2012

⁷ PAULA, Delsy Gonçalves de; SOARES, Paula Elise. Uma história recôndita: a orientação socialista e as lutas no campo brasileiro. In: PAULA, Delsy Gonçalves de; GUIMARÃES, Juarez Rocha; STARLING, Heloisa Maria Murgel (orgs.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 193.

⁸ WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 38-39.